

Sumário

a) Identificação da proposta.....	2
b) Qualificação do principal problema a ser abordado	3
c) Objetivos e metas a serem alcançados	12
d) Indicadores de acompanhamento	14
e) Metodologia a ser empregada	14
f) Principais contribuições científicas, tecnológicas ou de inovação proposta	16
g) Orçamento detalhado	17
h) Cronograma de atividades	18
i) Identificação de todos os participantes do projeto	18
j) Grau de interesse e comprometimento de empresas com o escopo da proposta, quando for o caso.....	19
k) Indicação de colaboração ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área.....	19
l) Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto.....	19
m) Estimativa de recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes públicos e privados parceiros	20
n) Plano de trabalho para IC e AT.....	20
o) Referências bibliográficas	23

a) Identificação da proposta

Título: A economia política internacional da propriedade intelectual: mapeando os fluxos de cobranças relativas ao uso de propriedade intelectual entre países e regiões.

Comitê Assessor: Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia

Área de conhecimento: Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais

Duração: 36 meses

Início previsto: 01/08/2016

Término: 31/07/2019

Proponente: José Paulo Guedes Pinto

Instituição sede do projeto: Universidade Federal do ABC

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Balanço de pagamentos; Negociações Internacionais.

Resumo: Desde os anos 1980 um grupo de países liderado pelos Estados Unidos vem conseguindo impor um padrão internacional de proteção à propriedade intelectual que beneficia diretamente seus interesses comerciais, seja através de pressões bilaterais, seja por uma atuação multilateral no âmbito do GATT/OMC. Diante disso, diversos países em desenvolvimento, depois de uma resistência inicial, aceitaram os direitos de propriedade intelectual ou como parte de uma política necessária de modernização econômica que garantiria a esses países uma inserção ativa na então chamada “sociedade do conhecimento” ou como um requisito para a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos reflexos da incorporação dessas leis vem sendo a elevação exponencial dos fluxos de cobranças pelo uso de propriedade intelectual entre diversos países e regiões, os quais são registrados nos respectivos balanços de pagamentos. Essa pesquisa pretende mapear esses registros com o objetivo de avaliar um aspecto chave da inserção de diversos países na divisão internacional do trabalho no século XXI, identificando, sob a ótica particular da economia política internacional, os países e regiões que mais se beneficiam e os principais prejudicados por esses novos arranjos jurídicos internacionais que estão sendo construídos em torno do tema da propriedade intelectual.

b) Qualificação do principal problema a ser abordado

Uma das questões mais fundamentais na agenda contemporânea de pesquisa em Economia Política Internacional refere-se ao processo de produção, reprodução e transformação das diferentes assimetrias que separam, no plano das relações internacionais, países e regiões. O projeto pretende abordar este debate partindo de um problema específico, porém cada vez mais central: o papel desempenhado pela propriedade intelectual para manter ou reequilibrar essas assimetrias.

Considera-se nesta pesquisa, portanto, um contexto histórico mais amplo, marcado pelos esforços empreendidos principalmente pelo governo norte-americano para retomar a sua hegemonia internacional no quadro das crises econômicas e políticas que marcam os anos 1970. Esse esforço foi descrito pela literatura, em primeiro lugar, em termos de uma “diplomacia do dólar forte” que, através de uma política agressiva de juros e da quebra unilateral do padrão dólar-ouro, permitiu aos EUA atrair divisas para financiar seu crescente déficit fiscal e, ao mesmo tempo, consolidar o dólar como moeda internacional (Tavares, 1997). Na esteira dessas decisões políticas, que estão na origem da desregulamentação financeira que se fortaleceu nos anos 1980, os EUA procuraram, ainda, reafirmar sua proeminência geopolítica e militar, através do controle de regiões estratégicas, especialmente aquelas ricas em petróleo (Metri, 2015). Esse esforço no plano internacional não teria sido possível, vale notar, sem uma reorientação da política interna norte-americana no sentido da redução dos direitos sociais, do controle de sindicatos e movimentos sociais e da flexibilização da acumulação, ainda que essa dimensão interna seja ainda pouco enfatizada pela literatura de relações internacionais (Lins & Wacquant, 2003).

Esta pesquisa parte desse diagnóstico geral acrescentando a ele outra dimensão: o esforço empreendido pelos Estados Unidos para assumir uma nova posição na divisão internacional do trabalho através do controle do desenvolvimento científico-tecnológico que reestruturou a economia internacional nas décadas recentes.

Um dos reflexos desse esforço é a emergência da atual divisão internacional do trabalho liderada pelos Estados Unidos que coloca em lados opostos e assimétricos diversos grupos ou blocos de países. A construção dessa nova divisão internacional do trabalho não teria sido possível sem uma “diplomacia da propriedade intelectual”. Foi

ela que permitiu aos EUA e a alguns poucos países considerados desenvolvidos manter o controle do processo de desenvolvimento científico-tecnológico.

Esse aspecto da política externa possui, portanto, uma estreita relação com a emergência de novos setores econômicos, associados às tecnologias digitais da informação e da comunicação, inovações que se consolidaram a partir da década de 1990, com a difusão do microcomputador e do celular, a abertura comercial da internet e o espraiamento das suas conexões via banda larga.

Essas novas tecnologias – que vinham sendo gestadas principalmente nos EUA desde o final da Segunda Guerra Mundial através de uma política agressiva de financiamento público à ciência e à tecnologia (Cambpbell-Kell & Aspray, 1996; Carlotto & Ortellado, 2011; Mazzucato, 2014; Mowery & Rosemberg, 2005) – são base, também, de avanços em diversas outras áreas, da comunicação e entretenimento à produção de bens e serviços, passando por quase todos os setores econômicos. O que diferencia essas inovações tecnológicas de outras – tais como, por exemplo, o uso generalizado da energia a vapor e da eletricidade – é que, ao contrário dessas primeiras revoluções industriais, é o conhecimento, e não a infraestrutura de máquinas e equipamentos, que passa a ser o insumo central de boa parte da produção.

Para usar um simples indicador, a lista das duas mil maiores sociedades anônimas do mundo elaborada anualmente pela Revista Forbes expressa a importância crescente das empresas multinacionais cuja produção se baseia quase que exclusivamente em bens classificados como “informação” ou “conhecimento”. Entre as 100 maiores empresas elencadas na lista, estão a Oracle (88ª colocada na lista) e a Microsoft (25ª) que produzem software, a Cisco Systems (76ª) que produz suporte para Internet, a Comcast (46ª) que produz mídia e entretenimento, a IBM (44ª) que produz soluções no âmbito da tecnologia da informação e a Google (39ª) que produz informação e veicula propaganda. Todas norte-americanas. Vale notar que a Microsoft, empresa cujo produto principal é software – que, enquanto código, é essencialmente uma sequência de instruções, ou seja, um conjunto de informações em estado quase puro –, aparece na lista à frente de inúmeras empresas gigantes da era industrial, produtoras dos chamados “bens tangíveis”, entre elas empresas do setor de energia (Gazprom - 27º lugar), bens de consumo (Johnson & Johnson - 35º lugar) e veículos (BMW - 45º lugar).

Produzir conhecimento como mercadoria, no entanto, não é trivial. Esse tipo de bem impõe enormes dificuldades para as empresas que pretendem mercantilizá-lo. Essas dificuldades decorrem, sobretudo, das suas propriedades econômicas *sui generis*, já constatadas pelos economistas Arrow (1959) e Nelson (1952) em seus artigos pioneiros sobre inovação e pesquisa básica. São elas: o custo de reprodução nulo, ou seja, o fato de que o conhecimento pode até custar muito para ser produzido, porém, ter custo próximo de zero para ser reproduzido em larga escala; o caráter não rival, que significa que o conhecimento pode ser compartilhado infinitamente sem que isso ameace o usufruto do seu portador original; e a incerteza ou risco inerente a esse tipo de bem, já que é impossível avaliar o valor de um conhecimento/informação antes de conhecê-lo e, ao mesmo tempo, dado o caráter potencialmente não-exclusivo do conhecimento, qualquer comprador pode destruir seu monopólio, por exemplo, copiando o software sem pagar direitos autorais.

Para esses autores, portanto, a informação e o conhecimento deveriam ser bens públicos, sendo esta a melhor solução em termos de alocação de recursos do ponto de vista do bem-estar econômico (Arrow, 1959; Nelson, 1952). O acesso a esses tipos de bens, Arrow conclui, deveria ser gratuito, ao passo que os direitos de propriedade intelectual provocariam uma subutilização do conhecimento, fazendo com que a sociedade, para usar os termos do autor, se reproduzisse em um nível econômico “não ótimo” (1959, p. 617).

No entanto, não é possível definir um bem como “bem público” apenas a partir de seus atributos intrínsecos; essa denominação depende, essencialmente, das instituições que regulam a sua produção e emprego, o que confere à definição de “bem público” um caráter não só econômico, mas também político. Mesmo a defesa nacional, por exemplo, caso clássico de um bem de uso não exclusivo e, portanto, público, sob certas circunstâncias, pode favorecer apenas um grupo determinado dentro do território de uma nação. Assim, a definição de bens inerentemente públicos se relativiza. Dito de outro modo, a maioria dos bens, em última instância, pode ser privatizada por meio de legislações que derivam de decisões políticas (Prado, 2015).

Essa constatação é importante porque, historicamente, foram os próprios economistas que, partindo da noção de bens públicos, defenderam a atuação do Estado

para viabilizar a comercialização da informação e do conhecimento, via propriedade intelectual. Segundo o sociólogo Michel Callon:

Na ausência de regulações, o conhecimento científico é um bem difícil de apropriar, não-rival e durável. A sua produção é cercada, pelo menos em certos casos, de profundas incertezas. Para um economista, esse conjunto de propriedades define um bem público, ou melhor, um bem quase público, porque nem todas as condições são completamente satisfeitas. A produção de um bem o qual, por suas características implícitas, tem o status de bem público, não pode ser garantida em um nível “ótimo” no mercado: indústrias e empresas não investem o suficiente em produção científica. Para resolver essa “falha de mercado” o governo precisa interferir seja diretamente [via propriedade intelectual], seja através de um sistema de incentivos (Callon, 1994, p. 406).

É nesse mesmo sentido que afirmam Cimoli, Dosi, Nelson e Stiglitz:

Enquanto as instituições e políticas são importantes em todos os processos de coordenação e mudança econômica, tal importância é particularmente maior no caso de processos de geração e uso de informação e conhecimento. (Cimoli, Dosi, Nelson e Stiglitz, 2006; p. 4)

A partir dessa interpretação, a questão da propriedade intelectual assume nova determinação: conferir valor econômico à informação e ao conhecimento, dado que a sua possibilidade de mercantilização deriva exclusiva e diretamente das limitações de acesso estabelecidas política e juridicamente. Nesse sentido, para valorizar economicamente o conhecimento é preciso, paradoxalmente, restringir temporariamente a sua difusão, isto é, “limitar, com meios jurídicos – patentes, direitos de autor, licenças e contratos – ou monopolistas [segredo industrial, por exemplo], a possibilidade de copiar, imitar, reinventar, apreender os conhecimentos de outros” (Husson, 2004, p.6).

No entanto, para além da teoria econômica, é preciso reconhecer que a transformação da informação e do conhecimento em elementos centrais do processo de produção e acumulação introduz, de fato, uma dinâmica potencialmente desmercantilizadora e democratizadora no capitalismo global, pois a chamada “convergência digital” — com a potencialização da capacidade de armazenamento, processamento e transmissão de todo tipo de informação — abriu a possibilidade de disseminar a capacidade produtiva em escala global (Benkler, 2006).

Assim, é das características inerentes ao conhecimento e das potencialidades que ele

incorpora para o processo de convergência científico-tecnológica entre os países que emerge um dos grandes paradoxos do nosso tempo: por um lado, o conhecimento, diferente dos demais bens, é um valor de uso de fácil difusão, não exclusivo e não rival; por outro, cada vez mais, ele é a base sobre a qual se sustenta a acumulação de capital, estando, portanto, na raiz da contemporânea divisão internacional do trabalho.

Concretamente, o paradoxo vai sendo resolvido por formas jurídicas garantidas pelo Estado e por órgãos multilaterais, tais como patentes e outros direitos de propriedade intelectual que criam condições para a apropriação privada da ciência, da tecnologia, e mesmo da cultura, através de formas institucionais de organização da informação e do conhecimento.

Como o berço dessa recente revolução tecnológica foram os Estados Unidos da América, este vem sendo o Estado que lidera o processo mundial para o estabelecimento de uma “segurança jurídica” mínima que garanta o retorno dos investimentos realizados nas indústrias baseadas em informação e conhecimento. É nessa chave que se deve entender porque, a partir dos anos 1980, os Estados Unidos passaram a exercer em todo mundo uma importante pressão pelo recrudescimento dos sistemas legais de propriedade intelectual. Essa pressão internacional, que denominamos “diplomacia da propriedade intelectual”, resultou em um conjunto de medidas que viabilizou a implantação de um robusto sistema legal de propriedade intelectual que é extenso o bastante para definir padrões mínimos de proteção no âmbito nacional e internacional.

Vale notar que a tentativa de criar um sistema internacional de propriedade intelectual não é exatamente nova, ao contrário, observam-se disputas diplomáticas desde pelo menos a segunda metade do século XIX¹. No entanto, mudanças significativas ocorreram a partir da década de 1980, resultado de inflexões no padrão de atuação dos Estados Unidos tanto no âmbito de negociações bilaterais quanto de arenas multilaterais (Drahos, 1995; Sherwood, 1992; Tachinardi, 1993; Rabinow, 1993). Surge, desse contexto, uma agenda “maximalista” de propriedade intelectual, que os

¹ A *Convenção de Paris*, primeiro acordo de natureza internacional sobre propriedade intelectual é de 1883, e a *Convenção de Berna*, que versa especificamente sobre direito autoral, é de 1886. Ambos definiram, até a década de 1980, o quadro geral da proteção à propriedade intelectual, cujas negociações essenciais se davam no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), órgão ligado ao sistema ONU em que os países em desenvolvimento têm maior peso nas deliberações em função do seu sistema de votação.

EUA vêm impondo ao mundo através de um conjunto de estratégias diplomáticas (Menezes, 2015a).

Essa mudança no padrão de atuação dos Estados Unidos nos anos 1980 – que culminou no papel central que o país desempenhou na aprovação do acordo TRIPS² na Rodada do Uruguai do GATT – deve-se diretamente à pressão das empresas norte-americanas baseadas em propriedade intelectual, em especial do setor de entretenimento, tecnologia da informação e fármacos³, sobre o governo norte-americano para que ele, por meio do fortalecimento do sistema internacional de propriedade intelectual, minimizasse a crise econômica vivida pelo país através do incentivo à chamada “nova economia”.

A pesquisa realizada por Peter Drahos sobre a história do acordo TRIPS reforça este argumento. Para ele, foi a atuação dessas empresas que levou à difusão, no interior da sociedade norte-americana, dos três grandes diagnósticos que embasaram o recrudescimento da legislação de propriedade intelectual promovida pelo país, interna e externamente⁴: i) um primeiro que afirmava que as multinacionais norte-americanas baseadas em propriedade intelectual enfrentavam duras perdas econômicas ligadas à cópia e distribuição não autorizada dos seus produtos; ii) o diagnóstico que afirmava que, em função da difusão indiscriminada de conhecimento e tecnologia, a economia norte-americana perdia competitividade, sobretudo à luz do “milagre Japonês” que já anunciava a ascensão tecnoprodutiva da Ásia; iii) por fim, e como consequência dos dois anteriores, o diagnóstico do declínio do poder norte-americano, em especial por conta da emergência de países em desenvolvimento que começavam a demonstrar um

² *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* ou *Acordo sobre os Aspectos da Propriedade Intelectual ligados ao Comércio* foi um dos acordos negociados durante a Rodada do Uruguai do GATT (1986-1994) e que deram base à fundação da OMC em 1995.

³ Drahos cita explicitamente a atuação da IBM, da Microsoft e da Pfizer (Drahos, 1995, p.7).

⁴ A política interna de propriedade intelectual dos EUA não é o foco deste artigo, mas é importante notar que no começo dos anos 1980 o congresso norte-americano aprovou uma série de leis visando fortalecer o sistema de propriedade intelectual no próprio país. Nesta lista, poderíamos incluir, por exemplo, o *Computer Software and Amendment Act*, de 1980, que redefiniu a legislação de *Copyright* dos EUA para que ela pudesse abarcar também, e de modo inequívoco, a produção de softwares; e também o famoso *Bayh–Dole Act* aprovado no mesmo ano e que possibilitou o patenteamento de pesquisas universitárias, servindo de modelo para outros países (Mowery et al., 2001 e 2002). A essas novas legislações, somaram-se decisões da Suprema Corte como no caso *Charkrabarty*, que possibilitou o patenteamento de um organismo geneticamente modificado, no caso *Dimond vs. Dieher*, que abriu o caminho para o patenteamento de algoritmos e, por fim, no caso *Street Bank Trust vs. Signature*, que autorizou o patenteamento de modelos de negócios (Coriat, 2002).

potencial de liderança regional, como o Brasil, Índia e os assim chamados “tigres” ou “dragões” asiáticos (1995, p. 7). Como consequência, afirma o autor:

Direitos de propriedade intelectual mais fortes eram necessários para proteger a indústria e as ideias norte-americanas. Melhor proteção significava mais empregos e essas indústrias baseadas em propriedade intelectual eram exatamente aquelas que iriam restaurar nos Estados Unidos um balanço de transações correntes positivo com o mundo (Drahos, 1995, p.8; grifo nosso).

Assim, respondendo a pressões internas, à partir dos anos 1980 os EUA começaram uma verdadeira cruzada pelo recrudescimento das leis internacionais de propriedade intelectual como parte de uma estratégia para impedir a emergência de novas lideranças econômicas capazes de dinamizar processos regionais de desenvolvimento.

Na arena bilateral os EUA se valeram tanto de estratégias do tipo “soft power” (Nye, 2004) – tentando difundir o diagnóstico de que a propriedade intelectual era benéfica para o desenvolvimento econômico e tecnológico por fomentar processos de inovação e transferência de tecnologia – quanto de instrumentos de pressão direta, tais como o condicionamento de vantagens tarifárias previstas pelo Sistema Geral de Preferências⁵ (SGP) à observância de padrões mínimos de proteção à propriedade intelectual.

Na arena multilateral os EUA incluíram, na agenda da Rodada do Uruguai do GATT, o tema da propriedade intelectual. Nesse caso, de novo, o papel das empresas norte-americanas foi fundamental, através da criação do Intellectual Property Committee (IPC), que reunia multinacionais norte-americanas com grandes portfólios de propriedade intelectual como a IBM, a Monsanto, a HP, a Warner Communication e a Pfizer, esta última assumindo a presidência do IPC (Drahos, 1995, p. 12).

Foi no âmbito desse grupo que se formulou a proposta geral do que viria a ser aprovado na Rodada do Uruguai do GATT como TRIPS, um dos acordos de fundação da OMC que estabeleceu padrões mínimos de proteção à propriedade intelectual para os países que pretendessem integrar a Organização Mundial do Comércio (OMC).

⁵ Em resumo, o SGP é um sistema preferencial de tarifas alfandegárias oferecido a países em desenvolvimento para aumentar suas exportações, favorecer sua industrialização e acelerar o seu desenvolvimento econômico.

É bastante consensual, na literatura sobre propriedade intelectual, o diagnóstico de que o TRIPS marca um novo momento na história do sistema internacional, ao obrigar os países a adotar padrões mínimos de proteção, garantidos por mecanismos relativamente institucionalizados de pressão e sanções comerciais. Ainda assim, muitos trabalhos têm enfatizado que o impacto efetivo do TRIPS não é nem uniforme, nem inexorável, dependendo: i) da posição específica dos governos que assumiram a tarefa de implementá-lo (Santos, 2002); ii) da atuação efetiva dos escritórios de patentes de cada país (Drahos, 2010); iii) do uso político das brechas e exceções (Díaz, 2008) e, principalmente; iv) da força ou fraqueza da agenda contemporânea de reforma do Acordo (Chang, 2001; Netanel, 2009) e do significado das negociações comerciais bilaterais como o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) e o Trans-Pacific Partnership (TTP), ambos com capítulos específicos e novos sobre propriedade intelectual (Carlotto, Guedes Pinto & Reis, 2015).

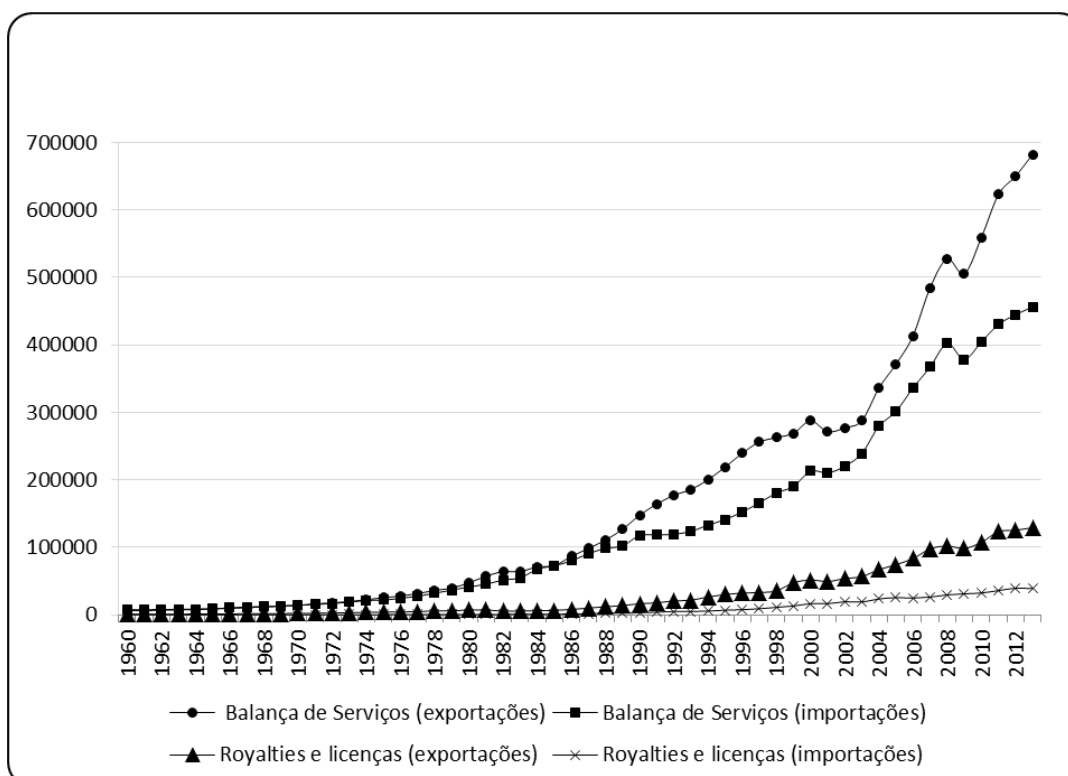
Assim, para além do TRIPS, desde a segunda metade da década de 1990 diversos países, liderados pelos EUA, vêm trabalhando, tanto no âmbito multilateral quanto no âmbito bilateral⁶ para impor um novo conjunto de acordos comerciais contendo extensos capítulos de propriedade intelectual que, pelo seu conteúdo, são chamados de TRIPS-plus. Em síntese, a agenda TRIPS-plus prevê uma proteção à propriedade intelectual ainda maior do que a que integra o TRIPS e tem constituído a pauta de negociação internacional dos EUA e de outros países em praticamente todos os níveis, da Rodada de Doha da OMC aos acordos preferenciais de comércio até chegar aos chamados mega-acordos do século XXI como o Transpacific Partnership (TPP) e o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP).

Os efeitos dessa estratégia de política externa se tornam ainda mais claros quando olhamos, para além dos aspectos jurídicos, os dados macroeconômicos que resultam do recrudescimento da propriedade intelectual no plano internacional.

Como já foi observado em Guedes Pinto & Carlotto (2015), no caso específico dos EUA, essa diplomacia permitiu ao país obter superávits crescentes relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual, os quais foram fundamentais para tornar o balanço de serviços do país cada vez mais superavitário, em especial no período pós-1980, o que

⁶ Uma análise completa desta estratégia de *Forum Shifting* dos acordos TRIPS-plus na América Latina consta em Menezes, 2015b.

ajudou a reequilibrar o alto déficit nas transações correntes desse país, déficit que chegou a US\$ 761 bilhões em 2006 e que diminuiu para US\$ 504 bilhões em 2013. O gráfico abaixo apresenta a evolução do balanço de serviços dos EUA destacando o peso da propriedade intelectual entre 1960 a 2013.



Fonte: U.S. Department of Commerce Bureau of Economics Analysis.
Elaboração própria.

Levando em consideração o saldo total do balanço de serviços, o subitem relativo à cobrança pelo uso de propriedade intelectual representou sozinho um fluxo positivo de US\$ 90,7 bilhões em 2013, ou seja, 39,3% do fluxo positivo do balanço de serviços dos EUA para este ano.

Assim, dando continuidade a esse esforço inicial de pesquisa, este projeto tem por objetivo tanto a construção de um banco de dados contendo os fluxos dos pagamentos e recebimentos relativos à cobrança pelo uso de propriedade intelectual de todos os países que divulgam esse dado em seus respectivos balanços de pagamentos, bem como o mapeamento dos principais fluxos de transferência de “royalties e licenças” entre diferentes países e regiões do planeta.

A partir desses dados será possível compreender de forma mais clara o sentido da diplomacia da propriedade intelectual empreendida pelos países desenvolvidos sob a liderança dos EUA a partir dos anos 1980. O objetivo mais amplo, portanto, é ajudar a traçar um diagnóstico geral dos novos arranjos jurídicos internacionais que estão sendo construídos em torno do tema da propriedade intelectual.

c) **Objetivos e metas a serem alcançados**

O presente projeto tem por objetivos gerais:

- I) Construir um banco de dados com as séries históricas dos créditos e débitos relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual dos países que divulgam essa informação em seus respectivos balanços de pagamentos anuais.
- II) Identificar quais são os países com os fluxos mais relevantes relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual.
- III) Após a conclusão das etapas anteriores, construir um segundo conjunto de dados com o objetivo de mapear os principais fluxos relativos de cobranças pelo uso de propriedade intelectual entre países e regiões e sua evolução no tempo.
- IV) Analisar os dados buscando identificar os países e regiões que mais e menos se beneficiam, do ponto de vista econômico, dos pagamentos relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual ao longo do tempo.

O presente projeto tem por objetivos específicos:

- I) Levantar as séries históricas dos balanços de pagamentos de todos os países que os divulgam com foco nos dados sobre os pagamentos relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual⁷.
- II) Construir um banco de dados com os dados disponíveis.
- III) Construir tabelas, gráficos, mapas e infográficos comparativos para esta conta específica do balanço de pagamentos dos países com o objetivo de visualizar melhor os dados.

⁷ Ou “royalties e licenças” e depender do método utilizado para divulgar o balanço de pagamentos do país.

- IV) Construir uma metodologia com o objetivo de selecionar os países mais relevantes em relação a essas cobranças.
- V) Após a seleção, buscar os dados desagregados para cada país selecionado, tentando obter informações sobre a origem e o destino, ao longo dos anos, das cobranças pelo uso de propriedade intelectual.
- VI) Construir um novo conjunto de dados contendo os principais fluxos de transferência de divisas relativas à propriedade intelectual no mundo com o objetivo de construir tabelas, gráficos, mapas e infográficos buscando apresentar de forma transparente a evolução temporal dos principais fluxos relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual.

O presente projeto tem como metas:

- I) Construir um banco de dados o mais abrangente e consolidado possível para todos os países cujos dados dos balanços de pagamentos estejam disponíveis;
- II) Construir uma metodologia replicável para separar os países que contém os dados mais relevantes para atingir os objetivos explicitados acima.
- III) Consolidar um conjunto de dados que contenha os dados desagregados sobre a origem e destino dos pagamentos relativos à cobrança pelo uso de propriedade intelectual.
- IV) A partir dos dados, fazer uma análise mais ampla, em pesquisas futuras, sobre o sentido da diplomacia da propriedade intelectual empreendida pelos países desenvolvidos sob a liderança dos EUA a partir dos anos 1980.
- V) Ajudar a traçar um diagnóstico geral dos novos arranjos jurídicos internacionais que estão sendo construídos em torno do tema da propriedade intelectual.

É importante notar que a presente pesquisa será desenvolvida no âmbito do Grupo *Neoliberalismo, conhecimento e assimetrias*, da Universidade Federal do ABC, coordenado por mim e pela Profa. Dra. Maris Caraméz Carlotto, tendo como objetivo central investigar a relação entre o recrudescimento da legislação internacional de propriedade intelectual e a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho,

ênfatizando os fluxos relativos à cobrança pelo uso de propriedade intelectual entre países e regiões.

d) Indicadores de acompanhamento

Serão produzidos, ao longo da pesquisa, **três relatórios técnicos**:

- O primeiro, concluído ao final de um ano de pesquisa, vai sistematizar o processo de coleta dos dados e a construção do primeiro banco de dados contendo os diversos lançamentos dos balanços de pagamentos.
- O segundo, apresentado ao final do segundo ano de pesquisa, vai sistematizar metodologia de escolha dos países mais relevantes para a execução da segunda parte da pesquisa, bem como a busca que será realizada com o objetivo de obter dados desagregados.
- O terceiro, que apresentará a conclusão geral da pesquisa, vai sistematizar o processo de coleta dos dados e a construção do segundo conjunto de dados contendo os diversos lançamentos dos balanços de pagamentos agora desagregados por origem e destino das cobranças relativas ao uso de propriedade intelectual.

Além disso, pretende-se publicar, ao longo da pesquisa, **três artigos** sintetizando os resultados da pesquisa. Esses artigos serão apresentados anteriormente em **Congressos** da área, em especial a ANPEC, a SEP, a ABRI e a ANPOCS, no âmbito nacional; e a ALACIP, a CLACSO e o IIPPE, em âmbito internacional.

e) Metodologia a ser empregada

O ponto de partida do projeto são os balanços de pagamentos cuja a estrutura básica do balanço de pagamentos é subdividida em vários grupos de contas, as principais, para facilitar a análise, são as transações correntes, a conta financeira e a conta de capitais. O subgrupo que interessa primordialmente a esta pesquisa são as transações correntes, em que se registram os fluxos de bens reais (bens, serviços e rendas) entre os residentes e não residentes dos países. Por sua vez, as transações correntes são formadas pelo:

- O balanço comercial que registra as importações e exportações de bens

tangíveis;

- O balanço de serviços que registra as importações e importações relativas aos serviços;
- O balanço de rendas que registra as remunerações dos fatores de produção como renda de salários e ordenados e rendas de investimentos;
- As transferências unilaterais que registra transações que não têm obrigações como contrapartida, tais como donativos em dinheiro ou em bens, remédios, roupas etc.

Como o foco da pesquisa são os fluxos relativos a cobranças de propriedade intelectual, o principal item a ser investigado na pesquisa faz parte do balanço de serviços e é denominado “cobrança pelo uso de propriedade intelectual”. Tal rubrica engloba os pagamentos relativos ao uso de propriedade intelectual advindos de propriedades industriais, softwares, marcas, taxas pela utilização de *franchises*, programas de TV e filmes, música e livros, transmissão de eventos ao vivo e outros tipos de propriedade intelectual .

É importante destacar que o termo “cobrança pelo uso de propriedade intelectual” substituiu o termo “royalties e licenças” na nova metodologia contida na 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional divulgada pelo FMI em dezembro de 2008 (FMI, 2008).

A base “Balanço de Pagamentos e Estatísticas de posições de Investimento Internacional” inclui os dados de países individuais, jurisdições e outras entidades que reportam dados para esta base, e os totais regionais e mundiais para os principais componentes do balanço de pagamentos. Essa base cobre aproximadamente 204 economias em relação aos dados do balanço de pagamentos, e seus dados são apresentados de acordo com a 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional⁸.

Os dados dos balanços de pagamentos serão consolidados em uma planilha eletrônica que irá facilitar a identificação dos países mais e menos relevantes no fluxo internacional de rendas associado à propriedade intelectual. Os países selecionados

⁸ Conforme o site do IMF <http://data.imf.org/?sk=7CB6619C-CF87-48DC-9443-2973E161ABEB&sid=1420495318386>

serão investigados mais a fundo, a partir das fundações de estatística e contas nacionais de cada um deles, procurando desagregar por origem e destino geográfico (por país) as cobranças pelo uso de propriedade intelectual.

O êxito desta segunda etapa dependerá do nível de detalhamento e da desagregação dos dados divulgados por cada país, que pode ser bastante variável. Para se ter uma ideia do desafio, após uma pesquisa preliminar, conseguiu-se obter este tipo de dado para os EUA a partir de 1999 através de planilhas publicadas na página do *Bureau of Economic Analysis*⁹ e para o Brasil somente a partir de 2013, através de planilhas publicadas na página do Banco Central do Brasil.

O resultado final será um mapeamento completo dos fluxos líquidos das cobranças por propriedade intelectual e, adicionalmente, o detalhamento da participação dos países mais relevantes nesta atividade, em âmbito internacional.

f) Principais contribuições científicas, tecnológicas ou de inovação proposta

Os temas relativos à transferência tecnológica entre os países, às cadeias globais de valor, à propriedade intelectual, entre outros temas derivados destes estão se tornando cada vez mais importantes na compreensão das dinâmicas econômicas e políticas do mundo contemporâneo.

Não obstante, inexistem na literatura pesquisada trabalhos empíricos que levantem de modo sistemático os dados mundiais relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual que vêm sendo divulgados através dos balanços de pagamentos dos países. Muito menos estudos empíricos que tentem decifrar os fluxos deste tipo de cobrança entre países e regiões. Sendo assim esta pesquisa tem grande potencial de ser inédita e ajudar outras pesquisas nacionais e internacionais que busquem uma melhor compreensão do papel que a propriedade intelectual vem desempenhando na arena internacional das trocas de divisas entre os países e regiões. Neste sentido o trabalho ajudará o avanço desta discussão no campo da Economia Política Internacional.

⁹ Os EUA divulgam no *Bureau of Economic Analysis* duas séries históricas: uma que engloba os dados de 1999 até o presente, já adequada à nova metodologia; e outra que vai de 1948 até 2013 e que se baseia na 5ª edição do Manual divulgado pelo FMI em 1993 (FMI, 1993).

Outra contribuição será o método de construção do banco de dados e o trabalho de “garimpagem” de dados que serão desenvolvidos nesta pesquisa. Um dos resultados esperados é a construção de um mapa que possibilite a replicação e a atualização posterior do banco de dados conforme as fontes sejam atualizadas.

É importante dizer que em trabalho anterior, realizado em parceria com a socióloga Maria Caraméz Carlotto (Guedes Pinto & Carlotto, 2015), já logramos realizar uma análise detalhada da emergência de uma nova divisão internacional do trabalho através dos fluxos de pagamentos relativos ao uso de propriedade intelectual entre diversos países da América Latina.

A presente pesquisa, portanto, se insere em um esforço de pesquisa mais amplo que procura identificar as diversas conexões entre a adesão dos diferentes países à agenda da propriedade intelectual e os fluxos econômicos ao longo do tempo buscando compreender de forma mais sistemática as assimetrias que existem no sistema internacional, e as estratégias dos diferentes países frente à questão da propriedade intelectual. Esta pesquisa vem a ser, portanto, uma primeira etapa deste processo.

g) Orçamento detalhado

CUSTEIO (descrição)	Custo Unitário	Quantidade	Total
a) Material de Consumo			
Assinatura de Base de Dados (FMI, Reuters)	R\$ 500	6	R\$ 3.000
d) Passagens e diárias			
Passagem ida e volta para Congresso (IIPE) São Paulo - Londres - São Paulo	R\$ 4.000	1	R\$ 4.000
Diárias Congresso IIPE (Reino Unido - 370 dólares)	R\$ 1.460	4	R\$ 5.842
Passagem ida e volta para Congresso (Western) São Paulo - NY - São Paulo	R\$ 2.000	1	R\$ 2.000
Diárias Congresso Western (EUA - 370 dólares)	R\$ 1.460	4	R\$ 5.842
Total Custeio			R\$ 20.683
CAPITAL (descrição)	Custo Unitário	Quantidade	Total
a) equipamentos e material permanente			
Notebook	R\$ 3.000	1	R\$ 3.000
b) material bibliográfico			
Livros, periódicos, magazines, jornais	R\$ 6.000	1	R\$ 6.000
Total Capital			R\$ 9.000
TOTAL CUSTEIO + CAPITAL			R\$ 29.683
BOLSAS (descrição)	Custo Unitário	Quantidade	Total
Iniciação Científica	400	36	R\$ 14.400
Apoio Técnico	400	36	R\$ 14.400

h) Cronograma de atividades

Considerando o calendário acadêmico da UFABC proponho um calendário organizado por quadrimestres anuais (exceto o 1º quadrimestre que terá 5 meses e o último que terá três) com as seguintes atividades:

Cronograma de atividades	
Período	Descrição das atividades
Ago/16 a Dez/16	Levantar os dados relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual
Jan/17 a Abr/17	Construir um banco de dados com os dados disponíveis.
Mai/17 a Ago/17	Construir tabelas, gráficos, mapas e infográficos para visualizar melhor os dados.
Set/17 a Dez/17	Escrever o primeiro relatório técnico sobre a construção do banco de dados. Construir a metodologia para selecionar os países mais relevantes em relação aos dados obtidos.
Jan/18 a Abr/18	Escrever o segundo relatório técnico com a metodologia de escolha dos países
Mai/18 a Ago/18	Buscar os dados sobre origem e destino das cobranças relativas a PI
Set/18 a Dez/18	Construir um novo conjunto de dados contendo os principais fluxos entre os países e regiões
Jan/19 a Abr/19	Escrever o terceiro relatório técnico, que apresentará a conclusão geral da pesquisa, e a sistematização da construção do segundo conjunto de dados
Mai/19 a Jul/19	Redação dos três artigos acadêmicos sobre a pesquisa

i) Identificação de todos os participantes do projeto

José Paulo Guedes Pinto – professor adjunto II do Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC;

Maria Caramez Carlotto – professora adjunta do Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC;

Eleutério Fernando da Silva Prado – professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP;

Cristina Fróes de Borja Reis – professora adjunta do Bacharelado de Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC;

Fernanda Graziella Cardoso – professora adjunta do Bacharelado de Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC;

Anderson Simões – aluno de mestrado do Programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC;

Jonatas de Oliveira Serra – aluno de mestrado do Programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC;

Marcel Kawauchi – aluno de mestrado do Programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC;

Diana Mendes dos Santo – aluna do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC;

Bruno Fonseca – aluno do Bacharelado em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC;

Raphaela Teles de Oliveira – aluno do Bacharelado em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC;

j) Grau de interesse e comprometimento de empresas com o escopo da proposta, quando for o caso

Não se aplica

k) Indicação de colaboração ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área

Este trabalho vai ser desenvolvido no âmbito do *Grupo de Pesquisa Neoliberalismo, conhecimento e assimetrias*, da UFABC, que faz parte de uma rede de pesquisa que inclui: o *Grupo de Pesquisa Cadeias Globais de Valor*¹⁰, também da UFABC e o *Grupo de Análise Marxista Aplicada*¹¹ sediado na UFRJ.

l) Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto

A UFABC conta com ampla e moderna infraestrutura física, administrativa e de ensino e pesquisa. Considerando que a universidade foi fundada recentemente (2006), a sua infraestrutura avançou rapidamente e já é adequada para o bom funcionamento dos programas de graduação e pós-graduação. Todos os docentes dispõem de gabinetes de trabalho devidamente equipados com microcomputadores, telefone e acesso à internet. Há salas de estudos para os alunos, auditórios para realização de conferências, área de convivência, e espaços para realização de trabalhos em grupo. Todas as instalações,

¹⁰ Grupo coordenado pelas professoras Cristina Fróes de Borja Reis e Fernanda Graziella Cardoso. Ver: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2246549651743279>

¹¹ Ver: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1496713634816328>

inclusive as salas de aula, são equipadas com computadores e acesso à internet. O acervo da biblioteca está sendo construído, sendo que a biblioteca conta com uma consistente política de aquisição de acervo, tanto no nível de graduação quanto de pós-graduação.

m) Estimativa de recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes públicos e privados parceiros

O grupo de pesquisa Neoliberalismo, Assimetrias e Conhecimento já conta com duas bolsas de pesquisa no nível de graduação (do tipo iniciação científica e pesquisando desde o primeiro dia) e com uma bolsa de mestrado do programa de pós-graduação em ciências humanas e sociais (PCHS) da UFABC.

A UFABC também disponibiliza, anualmente, pelo menos dois editais para bolsas de iniciação científica e PDPD (Pesquisando desde o primeiro dia), que possibilitará somar ao projeto, anualmente, quatro alunos de graduação.

n) Plano de trabalho para IC e AT

Plano de Trabalho de Bolsa Classe: IC

Carga Horária: 20h /semana

Duração: 36 meses

Resumo:

O projeto visa tanto apoiar na construção do banco de dados contendo os fluxos dos pagamentos e recebimentos relativos à cobrança pelo uso de propriedade intelectual de todos os países que divulgam esse dado em seus respectivos balanços de pagamentos, bem como o mapeamento dos principais fluxos de transferência de “royalties e licenças” entre diferentes países e regiões do planeta.

Objetivos:

1. Ajudar na construção do banco de dados com as séries históricas dos pagamentos e recebimentos relativos a cobranças pelo uso de propriedade

intelectual dos países que divulgam essa informação em seus respectivos balanços de pagamentos anuais.

2. Ajudar na identificação dos países com os fluxos mais relevantes relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual.
3. Ajudar a mapear os principais fluxos relativos de cobranças pelo uso de propriedade intelectual entre países e regiões e sua evolução no tempo.
4. Analisar os dados buscando identificar os países e regiões que mais e menos se beneficiam, do ponto de vista econômico, dos pagamentos relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual ao longo do tempo.

Delimitação dos domínios de monitoramento:

1. Detecção dos dados;
2. Identificação dos países mais relevantes;
3. Construção de um modelo de pesquisa à partir dos dados disponíveis;
4. Elaboração de relatórios parciais da iniciação;
5. Elaboração de um artigo acadêmico ao final.

Descrição do Plano e Metodologia:

Para cumprimento dos objetivos, serão realizadas as seguintes atividades:

1. Consolidação da estrutura dos dados a serem coletados através das bases de dados;
2. Definição dos países cujos dados são mais relevantes para as cobranças relativas à propriedade intelectual;
3. Pesquisa exploratória a cerca de dados de fluxos de pagamentos entre países;
4. Produção de relatório com descrição dos bancos e conjuntos de dados.
5. Demarcação de técnicas de extração de dados das planilhas disponíveis para fluxos;

Cronograma de atividades:

Cronograma de atividades	
Período	Descrição das atividades
Ago/16 a Dez/16	Levantar os dados relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual
Jan/17 a Abr/17	Construir um banco de dados com os dados disponíveis.
Mai/17 a Ago/17	Construir tabelas, gráficos, mapas e infográficos para visualizar melhor os dados.
Set/17 a Dez/17	Escrever um relatório do andamento da iniciação que poderá apoiar o primeiro relatório técnico sobre a construção do banco de dados.
Jan/18 a Abr/18	Buscar os dados sobre origem e destino das cobranças relativas a PI
Mai/18 a Ago/18	Buscar os dados sobre origem e destino das cobranças relativas a PI
Set/18 a Dez/18	Construir um novo conjunto de dados contendo os principais fluxos entre os países e regiões
Jan/19 a Abr/19	Redação de um relatório final de pesquisa da Iniciação Científica
Mai/19 a Jul/19	Redação de um relatório final de pesquisa da Iniciação Científica

Plano de Trabalho de Bolsa Classe: AT

Carga Horária: 20h /semana

Duração: 36 meses

Resumo:

O projeto visa apoiar principalmente a construção do banco de dados contendo os fluxos dos pagamentos e recebimentos relativos à cobrança pelo uso de propriedade intelectual de todos os países que divulgam esse dado em seus respectivos balanços de pagamentos, bem como o mapeamento dos principais fluxos de transferência de “royalties e licenças” entre diferentes países e regiões do planeta.

Objetivos:

1. Apoiar tecnicamente a construção do banco de dados com as séries históricas dos pagamentos e recebimentos relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual dos países que divulgam essa informação em seus respectivos balanços de pagamentos anuais.
2. Identificar dados que ajudem a mapear os principais fluxos relativos de cobranças pelo uso de propriedade intelectual entre países e regiões e sua evolução no tempo.

Delimitação dos domínios de monitoramento:

1. Detecção dos dados;

2. Construção de gráficos, tabelas, mapas e infográficos para permitir uma melhor visualização dos dados disponíveis;
3. Elaboração de relatórios parciais;
4. Elaboração de um relatório final.

Descrição do Plano e Metodologia:

Para cumprimento dos objetivos, serão realizadas as seguintes atividades:

1. Consolidação da estrutura dos dados a serem coletados através das bases de dados;
2. Construção da base de dados;
3. Pesquisa exploratória a cerca de dados de fluxos de pagamentos entre países;
4. Produção de relatório com descrição dos caminhos utilizados para a coleta dos dados;
5. Demarcação de técnicas de extração de dados das planilhas disponíveis para fluxos de pagamentos entre países e regiões;

Cronograma de atividades:

Cronograma de atividades	
Período	Descrição das atividades
Ago/16 a Dez/16	Levantar os dados relativos a cobranças pelo uso de propriedade intelectual
Jan/17 a Abr/17	Construir um banco de dados com os dados disponíveis.
Mai/17 a Ago/17	Construir tabelas, gráficos, mapas e infográficos para visualizar melhor os dados.
Set/17 a Dez/17	Escrever um relatório do andamento da iniciação que poderá apoiar o primeiro relatório técnico sobre a construção do banco de dados.
Jan/18 a Abr/18	Buscar os dados sobre origem e destino das cobranças relativas a PI
Mai/18 a Ago/18	Buscar os dados sobre origem e destino das cobranças relativas a PI
Set/18 a Dez/18	Construir um novo conjunto de dados contendo os principais fluxos entre os países e regiões
Jan/19 a Abr/19	Construir tabelas, gráficos, mapas e infográficos para visualizar melhor os dados.
Mai/19 a Jul/19	Redação de um relatório final

o) Referências bibliográficas

ARROW, Kenneth J. 1959. Economic Welfare and the Allocation of Resources for Invention. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 1959. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/papers/P1856>.

BEA. 2015. Bureau of Economic Analysis. U.S Department of Commerce. US Economic Accounts. International. Disponível em:
<http://www.bea.gov/iTable/iTable.cfm?ReqID=62&step=1#reqid=62&step=1&isuri=1>

BENKLER, Yochai. 2006. The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom. Yale: Yale University Press.

CARLOTTO, Maria Caraméz & ORTELLADO, Pablo. 2011. Activist Driven Innovation: uma história interpretativa do software livre. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.26, p. 77-102.

CARLOTTO, Maria Caraméz; GUEDES PINTO, José Paulo & REIS, Cristina Fróes de Borja. 2015. TPP: made in U.S.A. Le Monde Diplomatique Brasil. v. 101, p. 30 – 31.

CALLON, Michel. 1994. Is science a public good? Science, Technology, & Human Values, 19, 4, p. 395-424.

CAMPBELL-KELL, Martin & ASPRAY, William. 2006. Computer: a history of the information machine. Nova York, Basic Books.

CHANG, Ha-Joo. 2001. Intellectual property rights and economic development: historical lessons and emerging issues. Journal of human development, v. 2, n. 2, 287-309.

CIMOLI, Michael.; DOSI, Giovanni.; NELSON, Richard. & STIGLITZ, Joseph. 2006. Institutions and policies shaping industrial development: an introductory note. Laboratory of Economics and Management, Sant'Anna School of Advanced Studies, Working Paper, n.2. Disponível em: <<http://www.lem.sssup.it/WPLem/files/2006-02.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

CORIAT, Benjamin. 2002. “O novo regime de propriedade intelectual e sua dimensão imperialista: implicações para as relações norte/sul”. In. BNDES. 2002. Desafios do crescimento: instituições, investimentos, competitividade e tecnologia. Rio de Janeiro: BNDES. p.375-396.

DÍAZ, Rafael. 2008. América Latina y Caribe: la propiedad intelectual después de los tratados de libre comercio. Santiago do Chile: CEPAL.

DRAHOS, Peter. 1995. Global property rights in information: the story of TRIPS at GATT. Prometheus, v. 13, n.1, p. 6-19.

DRAHOS, Peter. 2010. The global governance of knowledge. Cambridge: Cambridge University Press.

FORBES. 2015. The World's Biggest Public Companies List. Disponível em:
<http://www.forbes.com/global2000/>

GODIN, Benoît. 2004. The new economy: what the concept owes to OCDE. Research Policy, n.33, p. 679-90.

GPOPAI-USP. 2010. Estimativas do impacto de cópias não autorizadas de livros e discos sobre a produção industrial brasileira: aspectos políticos e revisão metodológica. São Paulo, Cadernos Gpopai.

GUEDES PINTO, José Paulo. 2011. No ritmo do capital: indústria fonográfica e subsunção do trabalho criativo antes e depois do MP3. Tese de doutorado em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

HUSSON, Michel. 2004. Dos contribuiciones a "El marxismo frente al capitalismo contemporâneo. In: Cahiers de critique communiste,.

IMF. ELIBRARY. 2015. Data IMF E-library2015. Disponível em: <http://elibrary-data.imf.org/>

LINS, Daniel & WACQUANT, Loïc. (orgs.). 2003. Repensar os Estados Unidos. Por uma sociologia do superpoder. Campinas, Papirus.

MENEZES, Henrique Zeferino de. 2015b. A Estratégia Norte-Americana de Forum Shifting para Negociação de Acordos TRIPS-Plus com Países da América Latina. Contexto Internacional (on-line), v. 37, p. 435-468.

METRI, Maurício. 2015. Diplomacia Triangular, Arábia Saudita e a Defesa do Dólar nos Anos Setenta. In: 5o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI, 2015, Belo Horizonte. Anais do 5º Encontro da ABRI.

MOWERY, David & ROSENBERG, Nathan. 2005. Trajetórias da inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. Campinas: Editora Unicamp..

NELSON, Richard. 1959. The simple economics of basic scientific research. Journal of Political Economy, n. 6, p. 297-306.

NETANEL., Weinstock (Org). 2009. The development agenda: global intellectual property and developing countries. Oxford: Oxford University Press.

NYE, Joseph. 2004. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.

PRADO, Eleutério F. S. 2005. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã.

RABINOW, Paul. 1993. Cortando as amarras: fragmentação e dignidade na modernidade hoje. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.8, n. 23.

SANTOS, Laymert Garcia dos. 2003. Politizar as novas tecnologias. O impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo. Editora 34.

TACHINARDI, Maria Helena. 1993. *A guerra das patentes. O conflito Brasil X EUA sobre propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.3.

TAVARES, Maria da Conceição. 1997. A retomada da hegemonia norte-americana. In. TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luiz. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes.